

Processo de Reassentamento devido ao projecto da GNL em Palma

Comunidades contestam modelo de indemnizações

Célia Siteo e Tomás Queface*

A terceira ronda de consultas junto das comunidades directamente afectadas pelo projecto de construção da Fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL), de Palma, em Cabo Delgado, que decorreu de 18 a 22 de Agosto, ficou marcada por um clima algo intimidatório e pouco transparente, mantendo as tradicionais suspeitas e incertezas junto das populações. O governo reconheceu que o processo tem sido manchado por sérias irregularidades, mas pede às populações para “esquecerem o passado e olharem em frente”, ao que estas respondem: “é como estender uma esteira limpa por cima de lixo”. Uma equipa de investigadores do SEKELEKANI seguiu de perto esta ronda, e descreve um processo sinuoso, em que as comunidades se queixam de serem consultadas apenas “para Inglês ver”, pois as suas sugestões quase nunca são tomadas em consideração.

O projecto da fábrica de Gás Natural Liquefeito

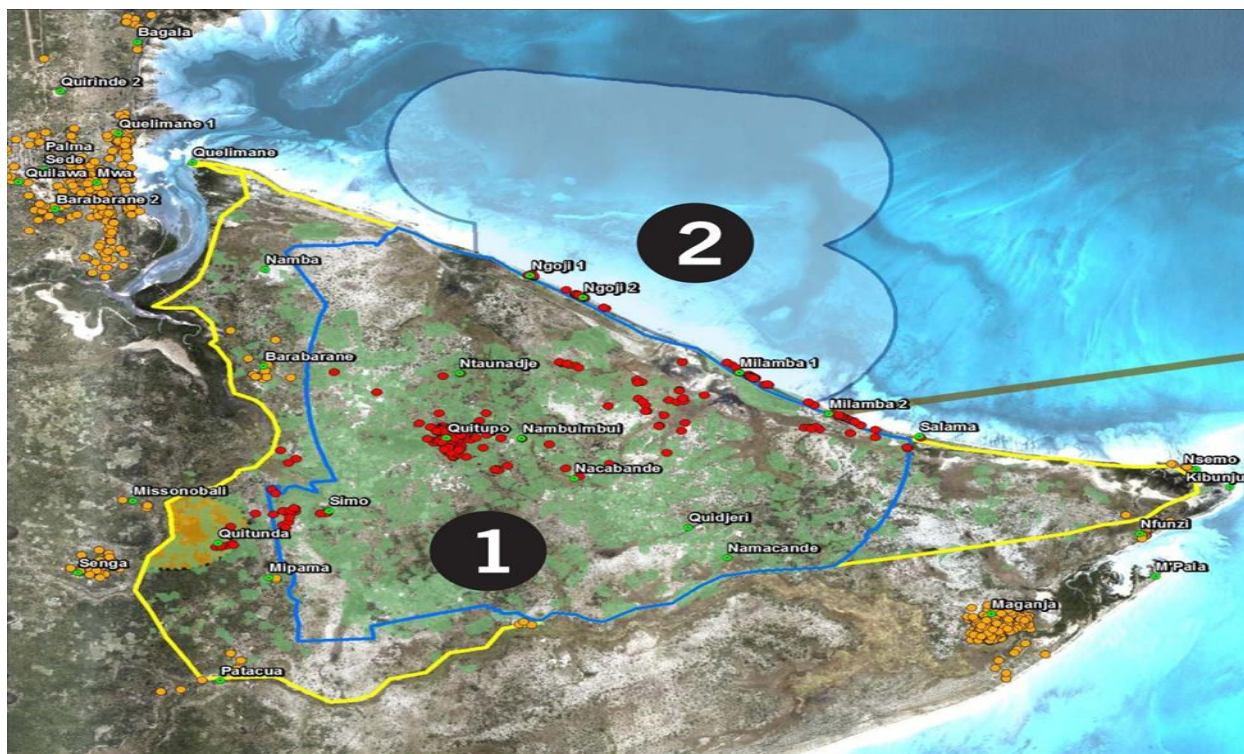
A 363 km da cidade de Pemba, e bem próximo da fronteira com a República Unida da Tanzânia, situa-se o distrito de Palma. Anteriormente conhecido pelos seus palmares e forte actividade pesqueira, este distrito do extremo norte de Moçambique tem, nos últimos anos, atraído a atenção do mundo por outras razões: é lá onde está projectada a construção de um dos maiores parques industriais de África, ligadas à exploração e processamento do gás natural da bacia do Rovuma. A descoberta e a futura exploração de mais de 75 trilhões de pés cúbicos de gás natural recuperável deverá colocar Moçambique entre os primeiros produtores mundiais de gás natural, do qual se esperam benefícios nacionais significativos, incluindo para as comunidades locais.

Algumas infra-estruturas básicas estão já em construção e vão mudando a imagem de Palma. Entre estas, destacam-se as seguintes: nova estrada asfaltada, ligando Mocímboa da Praia à Palma; expansão da corrente eléctrica e construção de um novo hospital na Sede do distrito.

Uma vez que o projecto da GNL vai implicar a deslocação permanente da população local, numa área calculada em 7.000 hectares, para outras zonas, a Anadarko e a ENI elaboraram uma

proposta de plano de reassentamento, de acordo com a legislação pertinente, nomeadamente o Regulamento sobre Reassentamento derivado de actividades económicas (Decreto Lei nº 31/2012 de 08 de Agosto). A concretização do plano, que deve anteceder a concessão da licença ambiental sobre o projecto, pelo governo moçambicano, passa por consultas públicas sobre matérias de diversa natureza, mas todas viradas para uma mesma finalidade central: evitar o máximo de danos e prejuízos às comunidades locais e garantir-lhes o máximo de benefícios.

Tal como as anteriores, esta última série de consultas públicas abrangeu as aldeias de Quitupo (comunidade a ser reassentada), de Senga (comunidade hospedeira), Maganja e Palma-Sede, que serão afectadas economicamente, devido a perda de acesso à terra e a recursos pesqueiros.



Mapa da Península de Afungi (Palma) demarcando o local onde será construída a fábrica de GNL. A Linha amarela corresponde à área do DUAT; a Linha Azul corresponde à Zona Industrial do projecto. Pontos vermelhos identificam as aldeias que serão fisicamente deslocadas. Os pontos castanhos indicam as aldeias que serão afectadas economicamente.

A construção do parque industrial vai afectar 1.188 agregados familiares, dos quais 456 serão retirados das suas actuais zonas de residência e 732 afectados através da destruição ou falta de

acesso a seus recursos na zona do projecto. Este número de agregados familiares corresponde a uma média de 594 mil pessoas afectadas.

As consultas cobrem matérias sobre a concepção das zonas de reassentamento e os modelos das casas a serem construídas; integração das aldeias reassentadas junto de comunidade hospedeiras, bem como a sensível temática das compensações, devido a perdas de património, incluindo terrenos, machambas, arvores de fruta, e perda permanente de acesso a recursos pesqueiros, entre outros.

As dúvidas e incertezas que persistem

Tudo começa quando em Dezembro de 2012 é atribuído à Rovuma Basin LNG Land, uma empresa mista, constituída pela americana Anadarko Moçambique (AMA 1) e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), um título de Direito de Uso da Terra (DUAT), numa área de 7000 hectares, para a construção da GNL, na península de Afungi.

Sendo que com a implementação do projecto, Afungi tornar-se-á numa zona industrial, implicando ocupação de extensas áreas habitadas, as empresas deverão reassentar e providenciar diversos apoios às populações que residem na região do DUAT, atribuindo-lhes novas casas, bem como providenciando-lhes meios de subsistência. A expectativa é que a qualidade de vida das populações mude, para melhor!



Vista parcial da Aldeia de Quitupo

Nas quatro comunidades em que decorreram as consultas, a pergunta que não se quer calar, da boca dos camponeses é: "onde os nossos filhos e netos vão viver amanhã, uma vez que vamos perder os maiores bens que possuímos: a terra, usada principalmente para a prática da agricultura, os recursos pesqueiros e as árvores, tudo herdado dos nossos antepassados?"

Sendo assim, as famílias deverão ser indemnizadas e compensadas pela perda de terras, plantações, árvores, casas, campos entre outros bens, levando em consideração que indemnizar ou compensar é o acto de reparar um prejuízo ou dano, neutralizando os efeitos negativos através de uma medida positiva.

Conteúdo de Justa Indemnização

Em que consiste Justa Indeminização? A Lei de Minas (Lei n°20/2014, de 31 de Dezembro), no seu artigo 30, diz o seguinte:

1. A justa indemnização aos utentes dos direitos preexistentes abrangidos pela actividade mineira (...) abrange, inter alia:
2. Reassentamento em habitações condignas pelo titular da concessão, em melhores condições que as anteriores;
3. Pagamento do valor das benfeitorias nos termos da Lei da Terra e outra legislação aplicável;
4. Apoio no desenvolvimento das actividades de que depende a vida e a segurança alimentar e nutricional dos abrangidos;
5. Preservação do património histórico, cultural e simbólico das famílias e das comunidades em modalidades a serem acordadas pelas partes.

Na base das consultas ocorridas nas quatro localidades, eis o conteúdo essencial das informações prestadas pelas empresas e das inquietações manifestadas pelos camponeses.

Quem deve beneficiar primeiro: o hóspede ou o hospedeiro?

Já se sabe, das rondas anteriores, que ao ser removida da sua actual região, a comunidade de Quitupo vai ser reassentada no bairro de Quitunda, que pertence à localidade de Senga. Há,

portanto, uma relação de hospede-hospedeiro, que levanta questões complexas, de partilha de recursos e de são convívio, quando as duas comunidades se juntarem.

Um primeiro facto digno de realce é que a população de Quitupo supera numericamente a comunidade hospedeira, de Senga. Assim, a deslocação de Quitupo para Quitunda vai naturalmente ter implicações sobre o tecido económico e social de Senga, incluindo no acesso a recursos, sendo por isso uma questão particularmente sensível. Esta sensibilidade foi visível nas intervenções dos populares, durante a consulta pública junto da futura comunidade hospedeira, em Senga.

Os membros da comunidade de Senga afirmam estar abertos para receber a comunidade de Quitupo. Mas chamam atenção para vários aspectos. Um deles é saber até que medida a comunidade hospedeira vai, também, beneficiar dos apoios e das condições a serem atribuídas à comunidade hóspede. Um camponês colocou a questão nos seguintes termos: "quem será o primeiro beneficiário das novas infra-estruturas a serem erguidas na futura aldeia de reassentamento: será a comunidade hospedeira ou a acolhida, de Quitupo? Nós estamos muito abertos para receber os membros da comunidade de Quitupo, mas estamos a pedir para não sermos desprezados, porque sendo desprezados seremos desvalorizados por aqueles que virão aqui aproveitar as oportunidades; nós devemos ser considerados e respeitados porque na verdade essa área é nossa".

Crizaldo Paulino Afonso, um jovem de Senga propõe o seguinte: "antes de se construírem casas e outras infraestruturas destinadas à comunidade que há-de vir de Quitupo, devem ser garantidos benefícios à comunidade hospedeira de Senga, para ela ficar disponível para acolher os hóspedes". E acrescenta: "É que o processo não deve começar de fora; antes de se construir as casas para os membros da comunidade de Quitupo deve se fazer uma coisa importante ou de ajuda para a comunidade de Senga, para estes receberem alegremente a comunidade de Quitupo",

Caso contrário, alerta Castro dos Santos, residente em Senga, poderá haver conflitos. E chama atenção às autoridades distritais: "Senhor administrador (do Distrito de Palma), é da sua

responsabilidade perceber este apelo da população de Senga. De facto não fica bem você receber um hóspede limpo enquanto você, dono de casa, não está limpo”.

Em resposta a estas inquietações, Sérgio Barros, Gestor do Reassentamento junto do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) garantiu a comunidade de Senga que no “final das contas todos vão ser beneficiados”, não sendo relevante quem é o primeiro e o segundo. “Se população de Quitunda vai ter que ceder espaço aos de Quitupo, ela também vai ser compensada antes de ceder espaço. Os benefícios são para todas as comunidades da península de Afungi, quer sejam afectadas directamente, quer sejam afectadas indirectamente”. Contudo, a comunidade de Senga não se mostrou convencida, e o alerta foi claro.

Critério e modalidades de registo de machambas contestados

A anteceder esta consulta, as empresas empreenderam acções de recenseamento dos bens das populações, nomeadamente terrenos, machambas e árvores de fruta ou de rendimento. Este recenseamento, realizado unilateralmente pelas empresas, não parece ter sido de todo transparente, aos olhos das populações. A esse respeito, uma reclamação recorrente ao longo das consultas públicas nas quatro comunidades refere-se ao facto de algumas áreas, situadas dentro da região do DUAT, não terem sido cobertas, para o processo de compensações. Segundo relataram as populações, tal facto aconteceu porque o processo do censo das propriedades decorreu após a época as colheitas nas machambas, altura em que os camponeses estão permanentemente presentes nas suas machambas. Sendo assim, na altura do censo das machambas, muitas pessoas não se encontravam nos campos para identificar os seus terrenos. Segundo Misse Dias, da comunidade de Senga, “existem machambas que foram recenseadas porque estavam “prontas” e existem aquelas que não foram recenseadas porque não estavam “prontas”. Então a minha pergunta é: estas que não foram recenseadas como vão ser consideradas para as indemnizações, visto que se situam dentro da área do DUAT? Porque nas rondas anteriores a empresa disse que quem quiser continuar a fazer machambas pode continuar...”

Além disso, os camponeses afirmam que os recenseadores “escolhiam” registar apenas aquelas plantas pejudicadas de fruta, aparentemente considerando que as outras, sem frutas, estariam mortas. Ernestina Kenka, de Quitupo - aliás a única mulher que falou ao longo de todas as consultas - disse o seguinte, sobre este assunto:

Durante o processo de censo de bens da população, as equipas das empresas apenas registavam aquelas plantas que, na altura, possuíam fruta, ignorando todas as restantes, que não tivessem fruta. Com a mudança do estacão, estas últimas já têm, também, fruta, e eu pergunto: as empresas hão-de voltar às machambas, para também registar estas plantas, agora pejudadas de fruta? A sua pergunta recebeu também fortes aplausos da comunidade. E ela continuou:

"Eu coloquei este assunto a uma pessoa (da empresa), a qual prometeu que iria regularizar a situação; mas essa equipa jamais regressou..."

Quadro das Compensações monetárias

Segundo referiram os representantes das empresas, o processo de indemnizações ou compensações vai reconhecer duas categorias elegíveis: (a) a área total do terreno - com ou sem culturas- e (b) as culturas aí existentes. O modelo prevê compensações de diferentes espécies. O tipo de compensações difere, também, de uma comunidade para outra, conforme os bens em causa. Entretanto, em qualquer dos casos, a compensação por hectare está fixada nos 180 Mil Meticais de acordo com a proposta apresentada. Os valores das culturas foram calculados conforme as tabelas em baixo:

Tabela 1: valor das compensações monetárias por cultura e por hectare

No.	Cultura	Valor da compensação
1	Mandioca	50.000
2	Arroz	27.000
3	Feijão Njugo	12.000
4	Milho	7.000
5	Mapira	5.000
6	Feijão Nhemba	14.000
7	Gergelim	6.000
8	Amendoim	12.000
9	Batata doce	113.000
10	Melancia	300.000
11	Vegetais (Tomate)	300.000

Tabela 2: valor das compensações monetárias por árvore de fruta

Descrição	Unidade	Valor proposto
Coqueiro	Árvore	6.050
Cajueiro	Árvore	5.700
Mangueira	Árvore	4.200
Goiabeira	Árvore	2.640
Citrinos		4.900
Papaeira	Planta	2.640
Coração de boi	Árvore	1.141
Ateira	Árvore	1.141
Bananeira	m ²	182
Ananaseiro	m ²	75

As consultas como meras formalidades administrativas

Questão central, aliás característica da natureza deste género de "consultas públicas", é a sua redução a meras formalidades burocrático-administrativas, em que a opinião dos consultados tem pouca influência sobre as decisões finais das empresas. Foi o que sucedeu relativamente ao processo de determinação das tabelas das compensações monetárias, ora apresentadas às comunidades de Palma.

Segundo ficou evidente na sessão de Quitupo, numa primeira ronda de consultas, as empresas fizeram circular uma proposta de tabela de compensações, junto das comunidades afectadas, para que estas se pronunciassem. E o processo de consultas seria conduzido pelos comités locais de reassentamento. Brahale Adinane Massudo, que falou longamente na consulta pública de Quitupo, sendo aplaudido como porta-voz de todos, conta o que sucedeu.

“Depois de produzida a primeira tabela, (submetida pelas empresas) os comités tiveram a iniciativa de concentrar todos os grupos e prepararem uma contraproposta. Então, havia duas tabelas como propostas; não eram tabelas definitivas. E deveríamos ter debatido sobre as duas, para encontrar um acordo. Estávamos à espera de voltar a mesa e começarmos a negociar para

encontrarmos uma tabela definitiva. Agora o que estamos a ver? Hoje estamos a ser apresentados a tabela inicial, aquela apresentada pela companhia e pelo governo.... Então por que fomos consultados? Porque a subida ou descida de custos de qualquer coisa não é nenhum problema, quando existe negociação....”, enfatizou Brahale, recendo fortes aplausos da comunidade.

Quitupo: o epicentro dos desentendimentos

Quitupo é o coração de Afungi. É também o epicentro de todas as questões que envolvem o processo de reassentamento de Palma. As razões são óbvias. É aqui onde está concentrado o maior grupo populacional que será deslocado para dar lugar a almejada fábrica de Liquefação de Gás Natural. Assim o impacto social é maior, em comparação com Senga, Maganja e Palma-Sede, cujo impacto será sobretudo económico. Se em Senga e Maganja a consulta pública durou pouco mais de três horas, já em Quitupo...ela durou umas longas seis horas! Aqui, o dia 20 de Agosto era aguardado com elevada expectativa: afinal está em causa o futuro de 456 agregados familiares!

Por debaixo de gigantescas mangueiras, proporcionando sombra e ar fresco num dia de intenso calor, estava uma moldura humana composta de homens e mulheres, idosos e crianças.

A agenda do dia eram as compensações; mas isso não impediu que vários outros assuntos, pendentes desde o início das consultas, fossem levantados e debatidos, nomeadamente: i) a questão da atribuição do DUAT de 7.000 hectares de terra à Anadarko- AMA 1 ii) a delimitação da área comunitária iii) a falta de indicação da área exacta a ser ocupada pela fábrica e infra-estruturas adjacentes; iv) tabela dos valores de compensação e v) regularização do registo de machambas e outras benfeitorias.

Sujidade debaixo da esteira

Os representantes do governo, nomeadamente o Administrador de Palma, Pedro Romão, e o Director do Planeamento e Reassentamento, no MITADER, Ramiro June Nguiraze, sendo conhecedores daqueles dossiers pendentes, e receando que os mesmos bloqueassem o tema do dia (compensações), abriram a sessão com um apelo: “O que eu peço a população de Quitupo é que a agenda de hoje são compensações. Os outros assuntos ...se não estão agendados, vão ser agendados para outros momentos”. Mas o apelo foi ignorado! Após a apresentação da proposta

do plano de reassentamento conduzida pelo Gestor de Reassentamento, Sérgio Barros, a população tomou as rédeas do encontro, insistindo, precisamente, sobre "outros assuntos", não agendados.

Brahale Adinane Massudo, membro da comunidade de Quitupo, começou a sua intervenção citando exactamente o Director do Planeamento e Reassentamento, no MITADER, o qual, na sua apresentação, havia reconhecido a existência de erros e irregularidades que ocorreram ao longo no passado. Ante tais erros, este membro do governo apelava para as comunidades "olharem em frente".. Massudo afirmou que "a comunidade de Quitupo até agora está no ponto de interrogação sobre a situação do DUAT atribuído a empresa Anadarko sem o seu consentimento....Como é que se pensa tratar este assunto, e quais são os passos que o governo pensa dar? Se dissermos que sim, vamos seguir em frente, vamos progredir... seria o mesmo que uma pessoa varrer a sua sala, amontoar o lixo, e por cima do lixo estender a sua esteira".

Delimitação de terras comunitárias e da área da fábrica do GNL

O projecto da fábrica GNL vai, como já referido, afectar, de forma mais directa, as regiões de Quitupo e Senga, na medida em que a comunidade de Quitupo removida da sua região de origem, vai ser transferida para Quitunda, um bairro pertencente à localidade de Senga. Mas Quitupo e Senga são regiões vizinhas e as populações perguntam: onde se situam os respectivos limites? Aonde termina uma e inicia a outra localidade? Não existem limites oficialmente determinados. A delimitação da área da comunidade mais afectada - Quitupo- foi negligenciada e os camponeses responsabilizam o governo. Nas palavras de Brahale Adnine: "nós, de Quitupo, pedimos a delimitação da nossa área há muito tempo e...nada! Mas sabemos que o regulamento do reassentamento também fala disso. O governo atrasou tudo e o resultado agora está à vista: há discussões orais entre a Comunidade de Quitupo e a Comunidade de Senga sobre a área de Senga. Porque é para lá que Quitupo vai ser deslocada..."

Aparentemente, esta "disputa" sobre limites funda-se na seguinte hipótese: segundo algumas opiniões em Quitupo, áreas para as quais as populações locais vão ser transferidas, na região de Quitunda, pertencem, ainda a Quitupo. Na base desta hipótese, a população a ser aí reassentada não seria hóspede de Senga, pois ter-se-ia mantido em território integrante da sua região: Quitupo!

Por outro lado ainda, Quitupo é a área onde será construída a fábrica de LGN. As empresas têm apresentado nas consultas comunitárias o mapa com a célebre "linha amarela", que delimita a área aonde a fábrica vai ser construída.

A apresentação do mapa é feita para fundamentar a razão por que as mais de 450 famílias de Quitupo têm de sair da região. A esse respeito, a comunidade mostra-se preocupada pelo facto de que, até ao presente momento, não conhecem as reais dimensões do parque industrial projectado, pois, as empresas limitam-se a repetir que se trata de "uma fábrica grande".

Abordando este assunto, Brahale Adnine afirmou o seguinte: "Nós não estamos satisfeitos só de ouvir e ver no papel que a fábrica será muito grande. Está na hora de sairmos daqui, para o terreno, onde se vai construir a fábrica, para a empresa nos dizer: "a primeira pedra começa aqui e termina ali". Por isso nós estamos à espera que a qualquer altura a comunidade seja convidada, através dos seus representantes, os membros do comité, para irmos verificar a área que a fábrica vai ocupar".

Aldeia e Casa de reassentamento: falta incluir mesquitas!

Nos termos da lei, o conteúdo de "justa indemnização" inclui, entre outros, o **"reassentamento em habitações condignas pelo titular da concessão, em melhores condições que as anteriores"**.

Para responder a este comando legal, as empresas Anadarko e ENI projectam construir uma aldeia de reassentamento no bairro de Quitunda, que contará com as seguintes infra-estruturas: casa de habitação, escola primária, centro comunitário, centro de saúde, casas para funcionários de saúde, posto de administração local, posto policial, mercado, área comercial, casas para professores, casa para representantes do governo, residências para efectivos da polícia, parques, cemitérios, estradas asfaltadas, rede de abastecimento de água para além de rede eléctrica.

O talhão para a casa de reassentamento de acordo com mesmo plano terá uma área de 800 m². A casa terá 70,78m² e já incluir as divisões seguintes: uma sala de estar principal, uma cozinha, três quartos, uma área para casas de banho (duas latrinas, uma para crianças e outra para adultos, devido a questões culturais) varanda exterior parcialmente coberta, latrina exterior, vedação de

quintal e uma área exterior de convívio social.

As comunidades alertaram: é preciso incluir a construção de mesquitas!

O tamanho das casas

Durante a apresentação do plano de reassentamento, no concernente a futura aldeia de reassentamento, as empresas colocaram um vídeo ilustrativo daquilo que será a futura vila de reassentamento.

O vídeo provocou reacções, e uma delas foi do representante do Centro Terra Viva, Issufo Tankar, que disse o seguinte “O filme que passou aqui mostrou que vão ser construídas casas de 800m² para cada família. Contudo, segundo o Regulamento sobre Reassentamentos derivados de actividades económicas, as casas em zonas rurais não devem ter uma área inferior a 5000m². Casas de 800m² seriam apenas aquelas construídas em zonas urbanas”.

Figura 1: De acordo com o regulamento, as casas do campo devem ter uma área não inferior a 5.000²



Em reacção, o Director Nacional de Ordenamento Territorial e Reassentamento, Ramiro Nguiraze, considerou tratar-se de uma questão de natureza "meramente académica", argumentando que, no caso de Quitunda, tratar-se-ia de um plano de urbanização... de construção de uma cidade. Contudo, disse que o assunto é ainda passível de discussão...

Cansados, Desconfiados e Impacientes

No segundo dia de consultas foi abrangida a comunidade de Maganja, a qual se acha localizada próximo da praia. A maioria da população local depende da pesca, actividade que será seriamente afectada pelo projecto da GNL. Em compensação, as empresas prometem a introdução de programas de fomento pesqueiro, para aumentar a capacidade de subsistência dos afectados.

Durante as consultas junto da comunidade de Maganja, as intervenções da comunidade local acabaram por resumir o estado de espirito geral de todas as comunidades-alvo deste processo: cansaço; desconfiança e impaciência!

Reflectindo esse estado de espirito, dizia Saide Omar, um camponês local: "Estou a ver que hoje ainda vamos continuar nas falas! Estas reuniões nunca mais acabam! Alguns de nós vínhamos na expectativa de que seria hoje o dia de receber essas compensações e...nada! O que existe são só reuniões e muitas falas..."

Por seu lado, Mazala Abudo mostrou que não confiava nos bancos; que por isso o valor das indemnizações deveria ser entregue física e pessoalmente a cada beneficiário: "o dinheiro deve ser direccionado à minha casa, porque é la onde me encontraram; eu nunca fui a um banco, e quando eu chegar lá, hei-de tremer e vão se aperceber que eu nunca estive num banco...", disse, sendo aplaudido pelos demais.

De igual modo, foi evidente o cepticismo dos camponeses relativamente à possibilidade de serem contratados como mão-de-obra da futura fábrica de GNL. O espantinho de "pessoas de Maputo", como os futuros beneficiários das oportunidades de trabalho em Palma não faltou: "Aqui na comunidade há pessoas com nível médio que não estão a trabalhar na empresa, porque eles

escolhem pessoas de Maputo; por isso perdemos confiança nas promessas de trabalho neste projecto”, disse Momad Alifa.

Mas há outros obstáculos ao acesso a trabalho digno e seguro nas obras que já decorrem em Palma, nomeadamente de abertura de estradas e outras infra-estruturas:

“As vezes a empresa tem vagas mas dizem que devemos tratar documentos; pedem-nos 300 meticais: onde vou encontrar esse dinheiro? No meu bolso eu tenho apenas quinhentos meticais e sou pai de família: como vou poder sustentar a família e ainda cobrir despesas com documentos que custam 300 meticais? interrogou-se Saíde Invita

Houve também queixas sobre alegada discriminação no acesso a cuidados de saúde no acampamento da Anadarko: quando você fica doente, é logo demitido. Será que as pessoas das empresas não ficam doentes? Por outro lado, no acampamento existe um posto de saúde; mas esse posto não é para nós, o povo. É só para o pessoal da Anadarko. E quando você fica doente, eles dizem para você ir procurar tratamento no hospital de Palma (Vila-Sede). Mas quando você volta e apresenta o atestado médico, eles recusam este atestado e você, no fim, é expulso..., disse Saide Omar. Chigule Sumaile secundou-o, nos mesmos termos, e terminou dizendo: “não vou falar mais, senão vou chorar...”

O modelo das reuniões: uma ardilosa estratégia

Durante as consultas foram usadas técnicas que não permitam a comunidade expressar e sanar todas as dúvidas pois a maior parte do tempo era gasto com longas apresentações dos membros dos governos e representantes de Anadarko e da ENI.

Após essa fase dois membros da comissão de reassentamento relatavam o que já feito e o que se pretende fazer para os próximos passos, com discursos longos e pouco claros. As traduções que seguiam, igualmente fastidiosas, significam mais monopolização do tempo pelas delegações de Maputo, o que cansava a comunidade, provocando abandonos. Por cima disso, as condições em que o governo e as empresas de um lado, e o povo do outro, se sentavam, eram chocantes: os primeiros estavam sempre devidamente acomodados e protegidas do Sol, enquanto o povo estava sentado no chão, e por vezes ao Sol!

A população apenas tinha a palavra nos últimos minutos das longas sessões; e só a premência das suas preocupações e inquietações ainda lhe dava forças para falar e apresentar propostas. Os membros da comissão de reassentamento respondiam apenas a uma ronda de perguntas da comunidade, não dando espaço para mais perguntas de esclarecimento.

Não houve, em todas as reuniões, qualquer esforço de incentivar as mulheres a darem a sua opinião, sabendo-se que elas são as que mais "fardo" carregam, nos processos de reassentamento.

Numa estratégia de mobilização devidamente elaborada, visando apresentar um mundo "cor-de-rosa" junto das comunidades locais, os apresentadores do plano de reassentamento esmeravam-se demoradamente, sobre as vantagens do reassentamento; porém nunca mencionado qualquer desvantagem nem constrangimento.

Assim, as consultas não conseguem alcançar os objectivos pretendidos, pois no final de cada reunião ficava obvio que as comunidades continuavam com muitas dúvidas e incertezas, sem perceberem o que o futuro lhes reservava.

Num dos episódios mais caricatos, na aldeia de Quitupo, após uma serie de acusações de "agitação" feitas por um grupo de populares contra o Centro Terra Viva, uma ONG ambientalista que tem seguido de perto estes processos, quando a respectiva Directora Geral, Alda Salomao, quis responder, foi ostensivamente impedida de falar pelo Administrador do Distrito, Pedro Romao, que fez questão de lhe retirar o microfone!

Defender a dignidade do povo: um dever sagrado do Estado!

Ao longo destes complexos processos de consultas comunitárias, que SEKELEKANI tem vindo a seguir em Palma desde há dois anos, os principais actores no terreno têm sido representantes do governo a vários níveis, oficiais das empresas petrolíferas e de consultoria, nomeadamente no domínio ambiental. Jamais foi-nos presente qualquer investigador da área social, fosse ele sociólogo ou antropólogo, assessorando ou o governo ou as empresas. Porquê? Porque estas questões são encaradas numa perspectiva meramente económica e jurídica: investir dinheiro para extrair recursos, havendo, de permeio, a necessidade de remover pessoas de um lado para o outro, pagando-lhes dinheiro, sempre que necessário e...aceitável! Contudo, estes processos, antes e muito para além das suas vantagens económicas e suas implicações jurídico-legais, são

processos de natureza eminentemente social e cultural. Porque referem-se a "sacudir" comunidades do seu habitat original, ao qual estão ligados por "razões naturais de ordem superior". Tais que não estão disponíveis no mercado, para alienação, por muito alto que seja o montante disponível! Isto mesmo foi uma vez mais vincado, e de forma inequívoca, quando os camponeses falavam de como se relacionam com os seus mortos, e com fundamento na sua religião: Salimo Mpampua, de Senga: "nós em Palma professamos a religião muçulmana; nos mandamentos da nossa religião, não existe transladação de restos mortais, por isso as campas são invioláveis. Não podemos transferir uma campa de um lugar para o outro. Agora pergunto: como as empresas vão proceder com as nossas campas?"

A questão tem sido recorrentemente colocada, desde as primeiras fases destas consultas. E a resposta dos representantes das empresas tem sido a mesma: "vamos falar com as famílias, individualmente, para ver o que fazer...".

Mas esta é uma questão cultural-religiosa da mais alta sensibilidade, cuja abordagem deve, a nosso ver, ser liderada pelo Governo Moçambicano, devidamente assessorado. Não cabe as empresas estrangeiras abordá-la: ela "mexe" com altos valores socio-culturais do povo e constitui valor irrenunciável da sua dignidade! Para que se não repitam os erros de Topuito, em Moma!

Tomás Vieira Mário

***Pesquisadores do Centro de Estudos de Comunicação SEKELEKANI**